



NOTA PÚBLICA

A Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF) informa que realizou uma assembleia na última quarta-feira (28/8) em que a classe aprovou a adoção de medidas diante do descaso do Governo Federal com a Segurança Pública e com a Polícia Federal, refletido nos sucessivos contingenciamentos do orçamento destinado à instituição.

A suspensão do pagamento das indenizações relativas ao cumprimento das escalas de sobreaviso, prevista para vigorar a partir de 1º de setembro, é uma das ações mais inadmissíveis da atual política de corte de gastos, configurando verdadeiro enriquecimento sem causa por parte da União. Tal decisão compromete a prontidão do serviço, afetando diretamente a saúde e a qualidade de vida dos nossos policiais.

Entre as medidas a serem adotadas pela Associação, destaca-se o ajuizamento de ações judiciais cabíveis para contestar o condicionamento do pagamento das escalas de sobreaviso à dotação orçamentária, bem como a falta de compensação pelas horas de disponibilidade nos casos em que o servidor não é acionado.

A partir de 1º de setembro, a ADPF também disponibilizará em seu site um cronômetro que contará os dias em que os Delegados Federais e demais servidores da PF trabalharão sem receber o pagamento das indenizações pelo cumprimento das escalas de sobreaviso.

Os constantes cortes orçamentários impostos pelo Governo Federal estão comprometendo gravemente o funcionamento e a capacidade operacional da Polícia Federal, resultando não apenas na redução do número de operações, mas também na deterioração das condições de trabalho dos policiais federais.

A ADPF permanece vigilante e determinada a defender os direitos dos Delegados Federais e demais servidores da Polícia Federal e a lutar contra qualquer tentativa de enfraquecer a Polícia Federal, instituição fundamental para a segurança pública e para a garantia do Estado de Direito.

Brasília, 30 de agosto de 2024

Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF)